

BELÉM, L. J. M.; COSTA, R. S. Sobre atuação e formação de tradutores intérpretes de libras-língua portuguesa educacional na atualidade: reflexões e atualização. *ReVEL*, edição especial, v. 21, n. 20, 2023. [www.revel.inf.br]

SOBRE ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DE TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS-LÍNGUA PORTUGUESA EDUCACIONAL NA ATUALIDADE: REFLEXÕES E ATUALIZAÇÃO

Laura Jane Messias Belém¹
Renata dos Santos Costa²

laurajanemb@yahoo.com.br
rcosta@ines.gov.br

RESUMO: O Brasil é multilíngue e multicultural, (Cavalcanti, 1999; Candau, 2012; Canen, 2012) o que corresponde a dizer que somos um continente atravessado historicamente pela cultura dos povos originários, afrodescendentes e tantos quantos outros estrangeiros em/com suas línguas, que por nessas terras passaram e ainda passam, se construindo cidadãos brasileiros. O objetivo deste trabalho é refletir sobre as formações para tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais (Libras) - língua portuguesa, doravante referidos como TILSP no Brasil, que foram se ressignificando a partir das garantias legais conquistadas, por meio de pleitos das comunidades surdas do país. A língua de sinais, por ser um sistema linguístico de natureza gesto-visual-motora, com uma estrutura gramatical própria e complexa, ainda vem se construindo historicamente, sendo ela, o carro-chefe das comunidades de surdos. A parte metodológica deste trabalho foi construída em três partes e com o embasamento da pesquisa bibliográfica (Gil, 2002) e aspectos metodológicos gerais (Freitas e Ramos, 2010). Primeiro, selecionamos autores da área de atuação e formação em tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa (Quadros, 2004, 2017; Martins, 2004; Rosa, 2005; Kelman, 2005, 2008; Lacerda, 2007, 2009; Tuxi, 2009; Belém, 2010; Souza, 2010; Tuxi e Kelman, 2011; Lacerda e Santos, 2014; Albres, 2015; Costa, 2017; Silva e Russo, 2018). Segundo, utilizamos como referencial a legislação composta por documentos legais e normas técnicas concernentes à atuação e formação dos Tradutores Intérpretes de Libras e Português (TILSP), a exemplo de: Brasil (2000, 2004, 2005, 2010, 2014, 2015, 2017, 2023), Febrapils (2017, 2019), entre outras. Terceiro, fizemos uma varredura na internet de cursos de projetos de extensões, de formações técnicas, de graduações e pós-graduações.

PALAVRAS-CHAVE: formação continuada; profissional bilíngue; tradutor intérprete educacional; educação bilíngue.

¹ Mestre em Educação pela UNIMEP -Universidade Metodista de Piracicaba; Tradutora e Intérprete de Libras/Português do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

² Doutoranda em Linguística, estudos de língua – UERJ; Mestre em Educação – UFRJ; Tradutora e Intérprete de Libras/Português do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

ABSTRACT: Brazil is multilingual and multicultural, (Cavalcanti, 1999; Candau, 2012; Canen, 2012) which corresponds to saying that we are a continent historically crossed by the culture of the original peoples, afro-descendants and as many other foreigners in/with their languages, who they passed and still pass through these lands, becoming Brazilian citizens. The objective of this work is to reflect on the training for translators and interpreters of the Brazilian sign language (Libras) – Portuguese language, hereinafter referred to as TILSP in Brazil, which were given new meaning based on the legal guarantees achieved, through demands from deaf communities in the country. Sign language as it is a linguistic system of gesture-visual-motor nature, with its own complex grammatical structure has still been built historically, being the flagship of deaf communities. The methodological part of his work was constructed in three parts and based on bibliographical research (Gil, 2002) and general methodological aspects (Freitas and Ramos, 2010). First, we selected authors from the area of expertise and training in translation and interpretation of Libras and Portuguese (Quadros, 2004, 2017; Martins, 2004; Rosa, 2005; Kelman, 2005, 2008; Lacerda, 2007, 2009; Tuxi, 2009; Belém, 2010; Souza, 2010; Tuxi e Kelman, 2011; Lacerda e Santos, 2014; Albres, 2015; Costa, 2017; Silva e Russo, 2018). Second, we use as a reference the legislation made up of legal documents and technical standards concerning the performance and training of Libras and Portuguese Interpreting Translators (TILSP), such as: Brazil (2000, 2002, 2004, 2005, 2010, 2014, 2015, 2020, 2023), Febrapils (2017, 2019) among others. Third, we scanned the internet for extension project courses, technical training courses, undergraduate and postgraduate courses.

KEYWORDS: continuing training; bilingual professional; educational interpreter translator; bilingual teaching.

Introdução

A palavra atualidade evoca o hodierno, uma novidade, enquanto que o termo atualização traz um conceito inerente, que remete às muitas indagações que fazemos acerca de nós mesmos, nossa vida pessoal, nossa existência e muito, com o trabalho desempenhado; o fazer ou o que deixou-se de fazer, o que se pode ainda realizar, a começar por nossas próprias práticas, existência, ideologias e via de regra, a partir do que representamos nas reentrâncias de/em nossas comunidades. As formações para tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais (Libras) - língua portuguesa, doravante referidos como TILSP no Brasil, foram se ressignificando a partir das garantias legais conquistadas, por meio de pleitos das comunidades surdas do país. Buscar atualizar-se significa estar atento às tecnologias, ao que está em voga, no que há de novo e manter o contato com a língua e seus jargões. A Lei de Libras (Brasil, 2002) garantiu o reconhecimento da importância da língua brasileira de

sinais (Lodi, 2015) utilizada por variadas comunidades surdas³ das regiões brasileiras.

Não seria possível refletir sobre a atuação e a formação desse profissional sem compreender a construção linguística da língua de sinais no país. Nem todos os brasileiros surdos e não surdos se comunicam pelo mesmo idioma, oral e/ou sinalizado, apesar de termos uma língua oficial - oral e uma língua de sinais reconhecida como meio legal de comunicação das comunidades surdas brasileiras - línguas dos brasileiros. O Brasil é multilíngue e multicultural, (Cavalcanti, 1999; Candau, 2002; Canen, 2002) o que corresponde a dizer que somos um continente atravessado historicamente pela cultura dos povos originários, afrodescendentes e tantos quantos outros estrangeiros em/com suas línguas, que por nessas terras passaram e ainda passam, se construindo cidadãos brasileiros, com seus sotaques e expressões idiomáticas genuínos, de Vieira⁴ a Rónai⁵, uma travessia intensamente marcada, não sem dor, mas expansiva, reflexiva, comunicativa. Existem diferentes comunidades linguísticas orais e sinalizadas que circulam nesse país de tamanha extensão, que diferem na língua de sinais e da língua oral oficializadas, respectivamente a Libras e a língua portuguesa.

As nações indígenas são exemplos de povos com culturas distintas e variadas que se utilizam também de outras línguas orais, assim como de diferentes línguas sinalizadas que são desconhecidas das pessoas que não fazem parte de seus espaços nativos e de herança territorial. A exemplo disso, existem estudos linguísticos, sobre os Urubu-Ka'apor⁶ por terem uma língua padrão de sinais, usada para a comunicação com os surdos, que até a metade dos anos 80 compunham cerca de 2% da totalidade de sua população⁷. Ferreira-Brito (1993) escreveu sobre sua

³ Comunidade surda seria uma das muitas expressões atribuídas às pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva, sujeitos utentes da/na língua de sinais. Diferente do olhar clínico da patologia, num campo que representa um modus vivendi de pessoas que se agrupam em um determinado local, compartilhando os objetivos comuns de seus membros e, que de diversas maneiras, trabalham para alcançar esses objetivos (MAGNANI, 2007, apud PADDEN, 1989).

⁴ Padre Antônio Vieira (1608-1697), filósofo, escritor, orador e missionário jesuíta, enviado por Portugal, da Companhia de Jesus. Uma das mais influentes personagens do século XVII em termos de política e oratória. Fontes: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Vieira ; <https://www.todamateria.com.br/padre-antonio-vieira/>. Acesso em 13/10/2023.

⁵ Paulo Rónai (1907-1992). Nascido Rónai Pál, tradutor, revisor, crítico e professor húngaro naturalizado brasileiro. Foi professor de francês e latim no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Pai de Cora Rónai, jornalista e escritora, e de Laura Rónai, flautista barroca e professora da UniRio. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_R%C3%B3nai . Acesso em 13/10/2023.

⁶ Linguisticamente peculiares na Amazônia, mas intimamente relacionada à língua Waiãpi, falada a uma distância de 900 km, no outro lado do rio Amazonas. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka'apor>. Acesso em 14/10/2023.

⁷ Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka'apor>. Acesso em 14/10/2023.

pesquisa junto a um grupo dessa etnia, localizado ao norte do estado do Maranhão, documentando em vídeo essa experiência vivida num período de um mês (Ferreira-Brito, 1993, p.99). A ideia para essa pesquisa surgiu, segundo a autora, por meio de uma leitura de um artigo publicado no livro de Umiker-Sebeok (1978)⁸, de autoria de J. Kakumasu (1968) intitulado, *Urubu Sign Language*⁹, sobre as observações desse linguista, das pessoas surdas de etnia Urubu-Ka 'apor, em junho de 1965, por um período de 4 dias. Seus relatos eram de que a língua de sinais utilizada era comum a todos e que a maioria das crianças ouvintes, cresciam bilíngues nas línguas faladas e de sinais. Relatou-se também que outras etnias da região usavam línguas de sinais e se comunicavam por meio de 'pidgins', um meio de comunicação simplificado, desenvolvido entre dois ou mais grupos de pessoas que não possuem uma língua em comum.

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), cerca de 60% do povo Ka'apor é monolíngue; outros 40% falam um português tosco ou regional¹⁰. Segundo a Lei nº 6.001/1973 ou Estatuto do Índio¹¹, o propósito de preservar a cultura desse povo (indígena), estava atrelada a uma “integração progressiva e harmoniosa, à comunhão nacional (Art. 1º)”, categorizando-se à época esses grupos em três tipos classificatórios: a) os grupos isolados, b) os que se encontravam em vias de integração e c) os integrados, tendo como perspectiva o nível de aceitação de cada grupo ao que era considerado “modos de vida comuns aos demais setores da comunhão nacional” (Art. 14). Esse conceito de integração tinha uma relação direta com a escravidão e da necessidade de tutela do Estado sobre os indígenas (Silva, 2018). Assim aconteceu e ainda acontece, como bem coloca Vieira-Machado (2010, p.51), referindo-se à evolução no educar o surdo, que independente do momento, uma vez que “momento histórico não é um bloco monolítico, mas que varia entre épocas de reconhecimento

⁸ Pesquisadores que seguiam a lógica de Charles Peirce Sanders (1839- 1914). Seus trabalhos apresentam importantes contribuições à lógica, matemática, filosofia e, principalmente à semiótica. Publicaram uma primeira versão de seus estudos em outubro de 1978, como conferência na Universidade de Brown, no contexto de um encontro dedicado à “Metodologia em Semiótica”. Fontes: https://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Sanders_Peirce; <https://medium.com/@pirangy/pref%C3%A1cio-umberto-eco-t-homas-a-sebeok-o-signo-de-tr%C3%AAs-p-ix-d50ef5dd2af4>. Acesso em 14/10/2023.

⁹ Língua de sinais Urubu-Ka 'apor ou como Ferreira-Brito denominou de Língua de Sinais Kaapor Brasileira (LSKB).

¹⁰ Programa Povos Indígenas do Brasil – Instituto Socioambiental – ISA. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka'apor#:~:text=Cerca%20de%2060%25%20do%20povo,l%C3%ADngua%20ind%C3%ADgena%2C%20como%20a%20Guaj%C3%A1>. Acesso em 14/10/2023.

¹¹ Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em 14/10/2023.

da língua ou não-reconhecimento da língua”, em como a educação bilíngue na perspectiva inclusiva ‘obriga’ aos professores e toda a comunidade escolar, a lidarem com o sujeito surdo, por exemplo, criando suas próprias representações ou categorizações, em sobre como educá-los (Vieira-Machado, 2010).

A autora faz uma reflexão, trazendo o conceito da surdez como uma grande invenção (Lopes, 2007) como forma de categorizar os surdos e as surdezes em: a) aqueles que são desprovidos de linguagem, associados à animalidade, b) os que são oralizados¹², portanto, educáveis e c) aqueles que são filhos de pais surdos, ou de famílias surdas, que já trazem intrinsecamente sua identidade surda constituída, de berço, tornando-se ou ‘os insurgentes’ ou ‘os inteligentes’, porque sabem como é ter uma ‘língua’, como usá-la. Um momento importante da história dos surdos, inicia-se a partir do século XIX, quando eram vistos como sujeitos educáveis, restituindo-lhes a sua humanidade. Formou-se uma sociedade disciplinar, do sujeito ‘inventado’ pela clínica da modernidade, carregado assim até por quase todo século XX (Vieira-Machado, 2010). Portanto, há indícios e se reconhece que não há no Brasil uma única língua oral e nem uma exclusiva língua de sinais, de surdos e não surdos. Além disso, as diversas identidades, culturas e línguas presentes em nossas terras, potencializam a circulação e a presença de idiomas e de línguas adicionais como das pessoas refugiadas, imigrantes, estrangeiras (Cardoso, 2020), as chamadas línguas de acolhimento (Ferreira, 2019), além das línguas de herança (Quadros, 2017), dentre outros. Somos a soma de nossos afetos (Simões, 2021) quando nos deixamos ‘afetar’ pelo que vemos e ouvimos, transformando-nos em memórias vivas daqueles ou daquilo que nos faz pertencer;

O TILSP vive(rá) implicado ou comprometido no traduzir inter ou intralingualmente, se conectando a uma língua imbricada nos fatores sociais ou nos sistemas determinados por ela. Será uma pessoa sempre indecisa, precisando fazer as escolhas dos sentidos e significados a serem usados, de preferência de forma contextualizada. Será um sujeito literal ou livre para interpretar o que será traduzido; tentará muitas vezes até definir o que será ou não, uma tradução. Mas uma coisa ele deve(rá) ser: conhecedor da língua-alvo e da língua-

¹² Os **surdos oralizados** aprenderam a falar a língua oficial do país, podem usar ou não aparelho auditivo, ter implante coclear ou fazer leitura labial e, por isto, alguns deles são confundidos com pessoas ouvintes. Diferentes dos surdos considerados sinalizantes, utentes da língua brasileira de sinais. Um momento importante da história dos surdos, inicia-se a partir do século XIX, quando eram vistos como sujeitos educáveis, restituindo-lhe a sua humanidade. Formou-se uma sociedade disciplinar, sujeito ‘inventado’ pela clínica da modernidade, carregado assim até por quase todo século XX (Vieira-Machado, 2010).

fonte. Ter bom senso, conhecedor da cultura geral e capaz de documentar, correndo sempre o risco de frustrar-se ou comprazer-se-á nas ações e palpites (in)felizes.

(Intertexto ou reescrita do texto originalmente escrito por Rónai, em seu livro *A tradução vivida*, 2012, p.19, das definições da tradução e do tradutor. Belém, 2023).

1. Lugar de fala e de trabalho

[...] Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos herdeiros.

Sérgio Buarque de Holanda, 1936

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o primeiro e centenário instituto de surdos do país¹³, teve grande participação na disseminação da língua de sinais em território nacional. Por funcionar como internato e externato, o INES recebeu estudantes de diversos estados brasileiros (Rocha, 2007, 2010, 2018). Essa contribuição permitiu que desde meados do século XIX, os alunos surdos de diferentes localidades, tivessem acesso a circulação de uma língua de sinais difundida pela instituição federal pioneira, que é referência em educação de surdos, até os dias atuais. Toda comunidade escolar foi partícipe da expansão do acesso a uma língua de sinais comum em várias localidades, assim como a uma certa padronização propagada nas cinco regiões brasileiras. Por ser a língua uma manifestação da vida em sociedade, existe nela “uma identidade e cultura próprias a cada corpo social” (Cardoso, 2020, p. 21). Numa situação em que línguas diferentes esforçam-se para serem compreendidas, em contexto de relação migratória, usar da intercompreensão¹⁴ numa dialogia, torna-se um recurso muito recorrido, mas que chegam, por meio de acompanhamentos linguísticos (tradução, interpretação, mediação e atendimento), “sendo tais ações possíveis facilitadoras para o contato entre os agentes de acolhimento e as comunidades migrantes” (Cardoso, 2020, p.14). A língua de sinais, por ser um sistema linguístico de natureza gesto-visual-motora, com uma estrutura gramatical própria e complexa, ainda vem se construindo historicamente, sendo ela, o carro-chefe das comunidades de surdos. Ganhou vários

¹³ Localizado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, o INES teve várias denominações desde a sua fundação e funcionou em vários endereços até a instalação definitiva na atual sede na Rua das Laranjeiras, nº 232, bairro das Laranjeiras – RJ (ROCHA, 2008).

¹⁴ O termo intercompreensão pode ser explicado como o fenômeno ocorrido, quando duas pessoas comunicam entre si com sucesso, falando cada uma em sua própria língua.

nomes como: mímica, gestos, língua dos surdos-mudos, linguagem de sinais, entre outras e a partir das pesquisas realizadas na área da linguística nos anos 60 do século XX, é que passou a ser reconhecida como língua em vários países (Rocha, 2008). Um reconhecimento linguístico, de língua mesmo, bilíngue, de cultura, de identidade do povo surdo¹⁵.

Em se tratando de profissionais bilíngues, antes de mencioná-los diretamente, com os idiomas utilizados como instrumento de trabalho, precisam ser identificados e analisados para que se compreenda de modo crítico, as representações discursivas (Maingueneau, 2015) elaboradas a respeito das línguas trabalhadas. Ser bilíngue, então, pode, entre tantas possíveis definições, ser o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais. Quadros (2005, p.27) alerta que, nos tantos “grupos sociais que utilizam diferentes línguas em diferentes contextos, em diferentes espaços”, esse “bi” de “bi(multi)lingüismo” em meio a tantos desencontros, seria referência não só ao uso de mais de uma língua, mas, para duas, três ou mais, mesmo quando há o uso do termo “multilíngue” neste sentido. É preciso investigar os níveis linguísticos de prestígio, desprestígio, ascensão e em construção que são atribuídos ou que estejam subjacentes em torno dos idiomas de modo geral, para que possam ser aprofundados. Quadros (2015) desmistifica o falante brasileiro, aquele que adquire a Língua Portuguesa como sendo sua primeira língua (L1), lembrando-nos daqueles utentes das línguas de famílias de imigrantes, das várias comunidades indígenas (onde existem mais de 170 línguas indígenas totalmente diferentes)¹⁶, os surdos e familiares de surdos brasileiros – os “sinalizantes” da língua de sinais brasileira. Todas estas línguas faladas no Brasil, também são línguas brasileiras, caracterizando o país que o Brasil realmente é, um país multilíngue (Quadros, 2015, p.26).

¹⁵¹² O conceito de povo surdo se encontra presente no imaginário e na resistência das comunidades surdas brasileira, numa perspectiva de se constituírem como minorias linguísticas, pelo viés da cultura e identidade surdas, nas suas diversidades enquanto sujeitos surdos e/ou com deficiência auditiva. Eles possuem história, costumes, tradições peculiares construídas, por meio da visão, pelo olhar, sua visualidade, suas concepções de mundo (Strobel, 2009).
https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf

¹⁶ Fonte: <https://www.socioambiental.org/search/node?keys=quantas+etnias>. Acesso em 15/10/2023

1.1. Atualidades: questões recentes que impulsionam a profissão dos TILSP, a influência dos documentos legais

Com a Lei de Libras (Brasil, 2002), e o Decreto de regulamentação da Lei, n. 5.626 (Brasil, 2005) regulamentando a mesma, das especificações a respeito das pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva, dos meios de comunicação utilizados, dos direitos à acessibilidade linguística e educacionais, das atuações e formações dos profissionais que atendem a esses públicos diversos, mereceram destaque por delimitarem, de modo abrangente, as diretrizes necessárias para nortear os trabalhos e os estudos de profissionais bilíngues: os professores e os TILSP. Entretanto, conforme aponta Albres (2015), em suas pesquisas sobre o TILSP educacional, as leis podem reforçar ambiguidades na descontinuação de propostas e conquistas, mediante as prerrogativas dos governantes atuantes, que direta ou indiretamente, são responsáveis pelo suporte ou criação dos documentos legais.

A exemplo desse fato, por mais que pesquisas apresentem a distinção entre tradução e interpretação, como quando delimitam as diferenças de cargos e funções entre professores e intérpretes (Martins, 2004; Rosa, 2005; Lacerda e Santos, 2014), as brechas legislativas podem ser aproveitadas como pressupostos para que propostas com estratégias que permitam que um único profissional, TILSP ou professor bilíngue Libras-Língua Portuguesa, possa trabalhar simultaneamente no ensino e na interpretação para estudantes surdos e as unidades escolares envolvidas. Na opção por mencionar e delimitar nessa pesquisa a atuação e a formação dos TILSP, voltados para o campo educacional (Albres e Russo, 2018), é preciso trazer à tona algumas das nomenclaturas e práticas, que têm sido criadas e idealizadas nesse lugar muito específico.

O TILSP educacional é conceituado como um mediador linguístico entre pessoas surdas e ouvintes, que trabalha em espaços escolares ou acadêmicos, sem obrigatoriamente ter formação na área de atuação, apesar da recomendação por parte de autores, que investigam os papéis desse profissional (Martins, 2004; Lacerda, 2007; Kelman, 2005 e 2008; Belém, 2010). Um outro cargo foi proporcionado em concursos públicos do país, o de professor interlocutor ou professor intérprete, profissional com formação em docência educacional ou, em um curso de graduação em licenciatura específica. Algumas pesquisas descrevem-no a partir das experiências desses profissionais (Tuxi, 2009; Kelman, 2005 e 2008; Lacerda, 2007 e 2009; Costa, 2017).

Alguns desafios ainda persistem no campo da formação e da atuação dos TILSP de áreas gerais - os generalistas, e de áreas específicas, de maior abrangência na área educacional. Recentemente, no segundo semestre do ano de 2023, foi aprovado pelo Plenário e remetido à sanção da Presidência da República, o Projeto de Lei nº 5.614 (Brasil, 2020), alterando a Lei nº 12.319 (Brasil, 2010), referente ao exercício profissional e das condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, instituindo requisitos de formação técnica para sua atuação e atividades deles privativas. Tramitando há mais de seis anos nas esferas governamentais, em prol dos TILSP, após uma árdua militância e mobilização da Federação dos TILSP (FEBRAPILS) em parceria com as representações das associações de TILSP dos IFs (Institutos Federais) e UFES (Universidades Federais) do país, além das intensas negociações e do apoio de políticos nas ações contundentes diante dos parlamentares envolvidos na votação.

1.2 Implicações da atuação e da formação dos TILSP: atualização

A educação de surdos se caracteriza preferencialmente quando nas séries iniciais, os alunos surdos têm acesso às classes bilíngues de surdos, com professores bilíngues, em conformidade com as conquistas realizadas e configuradas no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014). Quando se recomenda que a partir das séries finais do Ensino Fundamental os discentes surdos estejam em classes inclusivas, muda-se a configuração de estratégias de ensino e aprendizagem. Os professores regentes ou responsáveis por disciplinas de conhecimentos específicos, adequam-se ao novo contexto de sala de aula, experimentando atuar em um mesmo espaço, com mais um profissional – o TILSP (Dorziat, 2013). Desse modo, os conceitos de bidocência e codocência têm sido difundidos (Tuxi, 2009; Kelman, 2008; Kelman e Castro, 2023), principalmente na educação de surdos, mais em ambientes inclusivos.

Essas terminologias surgiram a partir da necessidade da presença desses dois profissionais no atendimento a esse público-alvo da educação bilíngue Libras-Língua Portuguesa, numa dinâmica em que um professor regente, de disciplina regular ou específica atuando junto a um TILSP educacional. Na observação de Kelman e Castro (2015), sobre a forma como esses profissionais, assim como os alunos surdos e não surdos desenvolvem-se positivamente durante a mediação do conhecimento, reforça a ideia da importância no uso da Libras, no decorrer dessas interlocuções. Isso também é muito presente nos espaços das escolas ou classes

bilíngues, com a presença de um professor ou do instrutor surdo junto ao AEE – professor de atendimento educacional especializado. O profissional surdo que também pode vir a ser um TILSP, na área da educação para e com surdos, tudo é tradução e interpretação. O Instrutor Surdo no contexto educacional é um profissional muito presente nas discussões acerca da inclusão escolar de alunos surdos. De acordo com Lacerda e Santos (2007, p.1), “os últimos documentos brasileiros consideram Instrutor Surdo aquele que tem pleno domínio da língua de sinais para transmiti-la aos seus alunos surdos e ouvintes” (Brasil, 2005). O termo ‘instrutor’ ultrapassa a função de ensinar a língua de sinais às crianças ou pessoas que queiram aprender; nas relações surdo-surdo é um modelo linguístico de excelência nos aspectos culturais, emocionais e de percepção, além de ser o professor ideal para o ouvinte.

2. Lugar de trabalho e de fala

A promoção de espaços de reconhecimento do trabalho deve ser criada a partir de protagonismos que ressaltem as potencialidades da categoria, por meio de mobilizações e articulações sociais e coletivas, a fim de combater arbitrariedades e incentivar o fortalecimento dos profissionais. Uma dessas oportunidades surgiu, quando um grupo formado por técnicos TILSP do Departamento do Ensino Superior DESU/INES, concursados, em meio a reuniões promovidas entre seus pares e, junto a outros técnicos TILSP, de outros departamentos da instituição, buscaram implementar inicialmente, um curso de nível superior (graduação), na área da tradução interpretação, sendo ofertado tanto à comunidade interna, como para a externa. Pensou-se num curso tecnólogo, uma vez já ter havido no passado, um curso politécnico pensado também por profissionais TILSP para TILPS, numa universidade privada – Estácio de Sá, RJ, cuja duração foi de 2 anos a 2 anos e meio. Duas turmas foram formadas e certificadas, mas com o advento do Letras-Libras, o interesse por uma formação nessa área foi voltado para esse curso, talvez devido, pela contemporaneidade e, por permitir que os acadêmicos pudessem investir futuramente em pesquisas e pós-graduação *Stricto e Lato Sensu*.

Para implantar um curso tecnólogo no espaço do INES demandaria um périplo, em função da especificidade do curso, que necessitaria ter um profissional com doutorado, para assumir essa coordenação, e tornou-se urgente que ofertássemos uma formação para um público muito interessado e ansioso. Por ser

uma instituição federal, com seus prós e contras, houve uma orientação para investir-se numa extensão, e o grupo se desdobrou para promover um curso que pudesse passar o máximo em pouco tempo, com qualidade e com uma grade curricular variada em conteúdo, e de fato focado na práxis. O curso de extensão chamou-se Curso de formação continuada do profissional tradutor intérprete educacional de língua brasileira de sinais – Libras – Língua Portuguesa (TILSP): nos espaços de educação superior. O público-alvo, surdo e não surdo, interno e externo, para esse curso já atuando na área de tradução e interpretação, dominasse a língua de sinais e igualmente o português. A avaliação seria por escrito e um vídeo do texto escrito por ele.

Com um período letivo de 180 h, o cursista deveria produzir um paper¹⁷ obtendo ao final, certificação do INES/MEC. A primeira turma iniciou no segundo semestre de 2017, com término ao final do primeiro semestre do ano seguinte. Turma 1: 2017-2018; Turma 2: 2018-2019; Turma 3: 2019-2020; sendo que no início do ano de 2020, aconteceu a Pandemia e a turma só frequentou o mês de março, sendo suspenso, a turma só retornou no segundo semestre, remotamente. Esse foi o momento mais interessante e permitiu que se tivesse um a dimensão do quanto esse curso já repercutia a nível Brasil. Para a primeira experiência online desse curso, já se surpreendeu com o momento da inscrição no site do INES, que se esgotou em vinte minutos. Manteve-se o limite de quarenta alunos, e para chegar a esse número, aceitava-se a inscrição de um quantitativo correspondente a três vezes o limite de vagas. Buscou-se a paridade de inscritos surdos e não surdos, assim como um mínimo de exigência a nível de proficiência nas duas línguas, para que se atendesse um nível de compreensão das aulas, todas em Libras.

Quando houve a interrupção, por causa do Covid 19, repensamos o curso todo no formato online, contando-se com um staff composto por bolsistas, colaboradores, TILSP parceiros e partícipes da coordenação, de uma plataforma de ambiente virtual de pesquisa, que já funcionava em período presencial, para complementar a carga horária, com fóruns, atividades diversas, sendo que tivemos mais um suporte virtual, uma vez que as aulas seriam remotas o tempo todo (Cardoso e Velozo, 2020). Esse suporte foi por meio do uso da plataforma Zoom e o tempo de aula foi redimensionado para 2 horas em cada encontro, por exigir uma atenção mais

¹⁷ Um pequeno artigo científico, acadêmico, com uma apresentação breve e assertiva de resultados de uma pesquisa sobre um problema específico. Em linhas gerais, uma publicação que apresenta os resultados de uma pesquisa.

redobrada, além do uso de telefones celulares e computadores com menos recursos, por parte de alguns alunos.

De acordo com o Decreto nº 46.973 de 16 de março (Brasil, 2020), em seu artigo “o servidor público deverá exercer suas funções laborais, (...) em trabalho remoto - regime home office - desde que observada a natureza da atividade, mediante a utilização de tecnologia de informação e de comunicação disponíveis”. Esse Decreto viabilizou o trabalho remoto, como uma possibilidade de exercício das atividades dos servidores públicos. Mas é necessário pensar que mesmo após o fim do isolamento social, o trabalho de home office ganhou espaço em várias empresas, instituições e profissões (Cardoso e Velozo, 2020). Além disso, é preciso considerar as condições de utilização de recursos e tecnologias disponíveis aos servidores, antes, durante e pós pandemia, com o intuito de analisar as consequências para as instituições e novas demandas para os profissionais da educação e para os alunos. Temos consciência de que o momento atual se configura como um estímulo a reconsiderar muitas das práticas sociais e laborais que foram reconstruídas a partir de outras formas de organização da vida em sociedade, do mesmo modo ocorre no processo educativo. Mas temos a possibilidade de ressignificar a vida e as relações humanas, para construirmos novos caminhos, visto que “No Brasil, temos acompanhado diversas ações individuais e coletivas de TILSP com o intuito de tornar acessível às informações que têm circulado rapidamente [...] Prezar por estas ações e pelos profissionais que têm atuado nessa frente é dever de todos!” (Febrapils, 2020, p. 1).

É pertinente refletirmos sobre as múltiplas questões que envolvem a implementação do trabalho em home office ou de modo virtual, voltado para a atividade do TILSP e para toda a instituição. O período de pandemia se apresentou como desafiador, bem como, possibilitou uma maior disseminação de tarefas profissionais através de novas tecnologias e seus avanços. Alguns TILSP autônomos e empresários, já prestavam serviços prestados em estúdios criados em sua própria residência, por meio do trabalho de Home Office, pois já era uma realidade que contribuía com o trabalho de vários trabalhadores, contribuindo também para que os TILSP possam “exercer sua atividade de forma digna e consciente, com o propósito de valorizar a sua categoria profissional” (Febrapils, 2020, p.1). O aspecto que precisamos considerar, é que nem todos têm a infraestrutura tecnológica e de comunicação adequada para manter as atividades fora do ambiente de trabalho, e essa é uma questão que ainda não foi superada.

As questões apontadas anteriormente, expressam diferentes implicações na carreira e jornada de trabalho, no que tange os planos de carreira, as remunerações, a carga horária de trabalho, a presença ou ausência de vínculos empregatícios, dentre outros. De certo modo, alguns fatores tornam a profissão regulamentada apenas em 2010, permeada por grandes desafios a superar, no que se refere a organização e cumprimento de atribuições funcionais. A categoria dos TILSP, sofre grandes pressões quando atuam em espaços universitários e as atribuições funcionais exigidas e praticadas são incompatíveis com a formação e salário base recebidos. Quando a categoria dos técnicos administrativos responsáveis pela mediação linguística entre pessoas surdas e ouvintes, não se mobilizam coletivamente para fomentar representatividade ativa em reuniões, grupos de trabalhos e órgãos colegiais de seus departamentos, podem se tornar mais limitadas as possibilidades regimentais de uma atuação mais efetiva. A atuação dos trabalhadores ocorre em universidades, faculdades e institutos de educação superior, e em contrapartida a remuneração e carga horária de trabalho não são compatíveis com as funções desempenhadas quando os servidores públicos estão enquadrados com salário base de Ensino Médio, nesse caso, podem se sentir desvalorizados para cumprir as suas funções de trabalho (Santos, 2006).

É preciso esclarecer ainda, em relação a nova versão da lei de regulamentação da profissão, que nem todas as reivindicações foram plenamente contempladas e atendidas. Portanto, as militâncias e articulações coletivas a favor da categoria precisam continuar. Ademais, ao longo dos anos entre os registros dos pleitos alterando a Lei nº 12.319 (Brasil, 2010) e a aprovação da nova versão da lei Projeto de Lei nº 5.614 (Brasil, 2020), muitas outras realidades e contextos de atuação surgiram. Principalmente, depois da pandemia ocasionada pela Covid 19, novos espaços e mercados de trabalho surgiram de modo virtual e remoto. (Cardoso e Velozo, 2020) Assim como vários TILSP abriram empresas e se especializaram em outros ramos de atuação que foram recém-inaugurados e/ou ampliados, após o período de distanciamento e de isolamento social.

A não aceitação de fragilização das causas profissionais defendidas, implica em lutar por um sistema educacional que seja desenvolvido com a participação de toda a comunidade escolar e acadêmica, com garantia de cumprimento legal e institucional, e participação representativa de todas as categorias envolvidas. Por conta das muitas situações apontadas acima, em muitas instituições e departamentos de Ensino

Superior, inúmeros servidores TILSP do país têm convocado articulações de outros colegas em eventos, formações e debates presenciais e virtuais para que os protagonismos possam ser assumidos com outras relações de trabalho (Lacerda, 2007, 2009, 2010; Lacerda e Santos, 2014).

É preciso considerar que conforme os TILSP reivindicam com as suas chefias e instituições em âmbito educacional, com o suporte dos representantes eleitos pelos próprios técnicos administrativos e TILSP, as atividades extracurriculares dos departamentos universitários atendidos solicitam por vezes demandas que não são compatíveis aos perfis profissionais dos TILSP que são efetivados como técnicos administrativos, mas nem sempre desempenham tarefas burocráticas que diferem do atendimento e estruturação de demanda de sistemas acadêmicos e de avaliações, estando em trabalhos mais voltados para mediações linguísticas entre pessoas, idiomas e culturas. Os públicos atendidos, pessoas surdas e ouvintes, precisam de acessibilidade linguística garantida enquanto direito legal e constitucional (Brasil, 2000, 2004, 2015).

Os TILSP, na medida do possível, devem participar das construções das funções e atribuições pertinentes a cada particularidade institucional. Tanto por parte das IES quanto dos seus funcionários e servidores, é necessário haver um compromisso com capacitação profissional e oferta de um trabalho comprometido de qualidade, para o melhor exercício possível das práticas funcionais e, conseqüentemente, prezando pelo bom atendimento ao público interno e externo. Nos tempos atuais, a mobilização dos TILSP tem se voltado cada vez mais à elaboração de documentos internos com regras de procedimentos de trabalhos, de acordo com as construções realizadas em serviço. Grande parte dos TILSP tem tido os seus regimentos internos criados, adotados e até registrados por portaria institucional por suas instituições públicas, como forma de atividades fundamentadas nas necessidades da categoria, dos estudantes, dos demais funcionários, dos docentes e da gestão. Como forma de serem protagonistas atuantes e não somente executores de atividades planejadas por outras equipes e profissionais. A reflexão crítica a respeito de suas próprias práticas deve estar sempre em discussão sobre as viabilidades pautadas nas atividades realizadas, evitando as vulnerabilidades no cumprimento de suas funções (Martins, 2004; Rosa, 2005; Santos, 2006), buscando garantir a eficiência coletiva e institucional com cada categoria cumprindo o seu papel.

Algumas das demandas e atividades realizadas pelos TILSP, em instituições públicas de Ensino Superior, são: I) leitura de textos, slides e materiais pedagógicos utilizados nas disciplinas, como preparação dos TILSP que atuam nas salas de aulas; II) Solicitação à gestão de acesso prévios aos documentos institucionais, aos planos de curso e aos materiais de cada disciplina; III) Estudo das propostas e materiais a serem traduzidos, em um tempo negociado para que seja possível que a equipe de tradução realize o processo tradutório necessário; IV) Criação de fóruns temáticos nos quais técnicos, estudantes e docentes possam realizar um trabalho de cooperação mútua, contribuindo com os planejamentos dos departamentos de atuação, com seus pares de trabalho; V) Promoção de encontros entre os próprios TILSP, para tratar de suas reivindicações e desafios da realidade funcional; VI) Oferecimento de capacitações e formações continuadas para TILSP e propostas também voltadas para as relações de codocência (Tuxi, 2009; Kelman, 2008; Kelman e Castro, 2023) a serem construídas com os docentes, a fim de produzir conhecimentos coletivamente e subsidiar espaços de debates e fóruns; VII) Discussão de propostas e atividades curriculares e extracurriculares em parceria com os professores, para que possam direcionar os mediadores linguísticos para atuar nas atividades compatíveis com as suas experiências, conhecimentos e escolhas em equipe; VIII) Priorização contínua de contribuição dos colegas de profissão para pensar e propor juntos as ações com protagonismos, exemplificando através das práticas que traduzir e interpretar não são tarefas mecânicas e nem automáticas, os TILSP não são máquinas e nem ferramentas, são profissionais que devem contribuir com a construção das demandas e das propostas nas instituições que possuem vínculo empregatício (Lacerda e Santos, 2014; Kelman, 2008).

As instituições educacionais públicas e privadas do país, atendendo as orientações de suas chefias, delimitam as atividades eleitas como essenciais frente aos desafios enfrentados em períodos pandêmicos, de greve e de paralisações. Os TILSP das Instituições de Ensino Superior, têm se organizado ao propor documentos representativos de seus anseios profissionais (Costa, 2017; Belém, 2010). As solicitações/contribuições/sugestões teóricas e práticas, podem ser relevantes no intuito de garantir a qualidade da acessibilidade às pessoas surdas, surdocegas e ouvintes. “Entende-se que uma interpretação e/ou guia-interpretação em equipe ocorre quando dois ou mais intérpretes e/ou guias-intérpretes estão responsáveis pela atividade comunicativa entre pessoas que desconhecem uma das línguas”

(Febrapils, 2017, p.1, 2). Como também, assegurar a manutenção e preservação dos direitos linguísticos da comunidade surda e os deveres legais de todo o corpo escolar e acadêmico das instituições de ensino superior em relação aos discentes, responsáveis, docentes, técnicos administrativos e demais funcionários, a partir dos desafios enfrentados pelo atendimento cotidiano. A realização de consultoria aos TILSP lotados nos respectivos departamentos de Ensino Superior, implica em refletir sobre as funções e os cargos de traduzir e interpretar, para fim de "atuar na tradução e/ou interpretação de atividades e materiais artístico-culturais a fim de prestar acessibilidade para o público usuário da Libras" (Projeto de Lei, nº 9.382/2017, p.2).

Os TILSP precisam zelar pela condição física, mental e emocional de todos. A prioridade dos profissionais deve envolver que os profissionais estejam "conscientes de sua responsabilidade social, contribuam para o esclarecimento da Comunidade Surda, através da Língua de Sinais" (Febrapils, 2020, p. 4). Um dos papéis dos TILSP, atuantes na função de traduzir e interpretar, é promover participações em reuniões de elaboração e construção das propostas e eventos que envolvam pessoas surdas e ouvintes. "A atividade profissional acontece em qualquer área ou situação em que pessoas surdas e surdocegas precisem estabelecer comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis" (Projeto de Lei/PL nº 9.382, 2017, p.1).

Quando os atendimentos de interpretação ocorrem de modo virtual, o ideal é a verificação com uma certa antecedência as condições tecnológicas e de estrutura que possibilitem a atuação da equipe de TILSP convocados para atuar de modo não presencial. Informar com certa antecedência, sobre as reuniões agendadas, para preparação e informação de viabilidade tecnológica, sempre garantindo a possibilidade de utilizar os espaços da própria instituição e a não obrigatoriedade de possuir o aparato tecnológico em sua própria residência, quando estão prestando serviços para instituições e não para a sua própria empresa. "sobretudo quando os intérpretes estão posicionados em locais para atender as necessidades de um público mais amplo" (Febrapils, 2017, p.3).

Algumas notas técnicas da federação dos TILSP brasileiros salientam que as demandas de tradução, de interpretação e guia-interpretação, envolvem muitas complexidades, pois "são demandas em situações de comunicação demandam trabalho em equipe" (Febrapils, 2017, p.3). Na última década, políticas públicas e linguísticas têm sido implementadas (CALVET, 2007) através da militância de

pesquisadores surdos e ouvintes. Diante da garantia de conquistas legais pleiteadas pela comunidade surda do país (BRASIL, 2002, 2004, 2005, 2010, 2015), os profissionais e estudantes surdos têm tido acesso a provas e processos seletivos traduzidos do português para Libras. As normas necessárias para o funcionamento do trabalho tradutório envolvem, dentre outras coisas, algumas atividades essenciais para o processo tradutório funcionar: a) ensaio com tradução de material piloto; b) criação de um manual com regras e procedimentos; c) seleção de uma equipe com tradutores surdos e ouvintes; d) consulta a especialistas das áreas de conhecimento envolvidas; e) garantia de acesso a dicionários e glossários online e impressos; f) contato com consultores acadêmicos de Libras e língua portuguesa.

Ao se tratar de uma tradução, é necessário estabelecer acordos e estipular prazos mais extensos e posteriores para a entrega de materiais que não podem ser feitos a vivo “Entende-se por *tradução* as atividades de mobilização de textos escritos, orais ou sinalizados para diferentes suportes de registro como papel, vídeo e outros a partir de um longo preparo e estudo prévio do material” (Febrapils, 2017, p.2). Entretanto, antes da própria interpretação, que é realizada simultaneamente a produção dos discursos em línguas orais e sinalizadas, também deveriam antecipar informações e materiais que contribuam para o treinamento e a preparação do intérprete, antes de realizar a interpretação. A equipe de tradução de cada instituição de educação superior precisa estar coesa para negociar os prazos de entrega dos materiais, esclarecendo o seu papel e as etapas de trabalho. Caso não haja um posicionamento crítico, os contratantes podem supor que o trabalho será realizado de modo aligeirado. Os profissionais precisam ter acesso a uma prévia do material para poderem combinar o período que será necessário para realizar a tradução e finalizar o trabalho. Ademais, devem investigar as temáticas envolvidas, a quantidade de material e o tempo limite de entrega final.

Toda a equipe deve tomar as decisões em parceria, realizando os ajustes nas reuniões e decisões coletivas. Ao término do trabalho em equipe, é imprescindível que seja possível registrar o processo tradutório e as etapas de trabalho com as realizações e planejamentos executados, para suporte de trabalhos futuros. Em nossas considerações parciais, averiguamos em pesquisas acadêmicas (Souza, 2010; Campelo e Castro, 2015) que os tradutores optam pelas glosas escritas, glosas gravadas em áudio ou exibidas em *Teleprompter*. Outros tradutores, principalmente os surdos, dão preferência aos Glossinais com espelhamento por vídeo ou com

tradutor presente no estúdio. Em todas as etapas, pessoas surdas e ouvintes atuaram juntas. A depender da demanda tradutória, é necessário criar legendas e inserções de termos em tela para palavras estrangeiras, termos técnicos, e conceitos não disseminados em Libras. Esses trabalhos precisam estar comprometidos com os consultores surdos na validação e seleção dos sinais mais utilizados pela comunidade surda, considerando os regionalismos em traduções que serão disseminadas em nível nacional.

De acordo com as situações enfrentadas que foram descritas acima, é possível encontrar no site da federação de intérpretes do país e em documentos veiculados na internet e que foram elaborados por TILSP que são servidores públicos, algumas propostas de delimitação de ações ao negociarem e se reunirem com as suas chefias, para que pudessem organizar melhor necessário de envio de uma prévia da atividade agenda, com informações por escrito, textos e até mesmo acesso às apresentações ou aulas em slides, com certa antecedência de “preferencialmente” 48 horas antecipadas de acesso (Brasil, 2020). Essas reivindicações são cruciais para o estudo e a preparação para interpretar, de Libras para a língua portuguesa e de língua portuguesa para a Libras, conceitos técnicos e acadêmicos centrais a síntese dos assuntos que serão abordados e explanados durante a apresentação nas línguas envolvidas.

Os organizadores das atividades escolares e acadêmicas, gestores, docentes, discentes e técnicos, devem informar aos profissionais que realizaram a interpretação se utilizarão materiais de apoio, vídeos, imagens, dentre outros, a fim de contribuir com a mediação linguística a ser realizada. Essas orientações que os TILSP repassam as suas instituições, estão embasadas por documentos legais e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além de informações da Norma Brasileira (NBR), que foi aprovada pela ABNT e que também apresenta orientações sobre a atuação dos TILSP, no “uso da “janela de Libras” no que tange à *captação, edição e exibição*. (...) existem procedimentos que devem ser respeitados e executados para a qualidade da apresentação do texto em Libras e para a garantia da acessibilidade” (Febrapils, 2017, p. 4).

Dentre a estruturação do atendimento de trabalho em instituições com alunos surdos, os profissionais das instituições devem passar por formação continuada e capacitação profissional para que saibam atuar na educação de surdos evitando alguns equívocos muito comuns para quem não tem experiência na educação de

surdos, sendo significativo: 1) Evitar exibir vídeos sem legenda e disponibilizar aos TILSP o material a ser exibido, para que a equipe de TILSP possa se inteirar da discussão e receber o feedback sobre as questões gerais que serão exibidas “todo e qualquer trabalho de interpretação e guia-interpretação deve ser avaliado pelo profissional solicitado e uma equipe deve ser formada, prevendo tempo de preparação e estudo prévio, atuação em conjunto e posterior avaliação da atuação.” (Febrapils, 2017, p.4); 2) Orientar ao sinalizador que antes de mencionar o sinal de pessoas e lugares, é necessário mostrar em datilologia os referentes que serão abordados, para que seja possível que o TILSP compreenda com clareza as informações, compreendendo que a interpretação envolve “a mobilização de textos predominantemente orais e sinalizados em situações de interação face-a-face que demandam do intérprete habilidades, competências e esforços diferentes das exigidas de um tradutor como a memória de curto prazo” (Febrapils, 2017, p.2). 3) Contar com a equipe de intérpretes escalada, entre as ações significativas para a atuação dos TILSP e, conseqüentemente, relevantes para a produção e o andamento do trabalho de todos, é importante estudar e ter acesso a conhecimentos da área, assim como “Estudos indicam que esse período é o tempo adequado para a concentração do intérprete, depois desse tempo (20m-30m), inicia-se um processo de fadiga mental que afeta a produção da mensagem” (Febrapils, 2017, p.2).

Alguns outros desafios presentes são 4) Negociar com os TILSP os espaços possíveis em suas residências para a escolha do fundo de sinalização mantendo a flexibilidade, cautela e respeito. Jamais impor estruturas de fundo, iluminação e resolução de câmera que não estejam dentro das condições de cada profissional TILSP, pois “A FEBRAPILS e FENEIS esclarecem, (...) Estas são atividades humanas extremamente complexas do ponto de vista linguístico-discursivo e cognitivo devendo ser realizadas, portanto, por profissionais com qualificação necessária” (Febrapils, 2017, p.3); 5) Resguardar os participantes dos eventos e atendimentos remotos que evitem emitir comentários que difamem a integridade pessoal ou vida particular dos intérpretes e nem mesmo que os interpele ou traga assuntos de ordem pessoal e que destoem das questões profissionais a serem realizadas, seguindo impreterivelmente “A Norma Regulamentadora – publicada pelo Ministério do Trabalho (*NR17–Ergonomia*), visa regulamentar e estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores” (Febrapils, 2017, p.2); 6) Escapar da tendência de dar preferência

a uns profissionais TILSP em detrimento de outros e não selecionar a mesma equipe com frequência, evitando sobrecarregar alguns e dispensar outros sem uma justificativa ética e plausível, porque “O trabalho de interpretação e guia- interpretação quando realizado por apenas uma pessoa durante longos períodos prejudica a qualidade na interpretação” (Febrapils, 2017, p.2).

Ainda apresentando outras questões a serem enfrentadas, é possível destacar: a importância de: 7) Procurar distribuir as demandas em dias da semana e horários variados, evitando convocar a equipe de dias ou horários específicos de maneira desproporcional, sendo que os documentos das instituições representantes recomendam que “os intérpretes atuem em equipe, (minimamente em duplas) em situações comunicativas não dialogais com mais de 40 minutos de duração sendo necessário o revezamento a cada 20 minutos” (Febrapils, 2017, p.4); 8) Evitar considerar que todos os profissionais são guia-intérpretes. Ao longo das demandas de trabalho, alguns profissionais TILSP exercem a função de guia-intérprete, mas sem a devida formação e titulação, contudo “A formação específica para esta profissão deve ser realizada por entidades civis representativas da comunidade surdocega com ampla carga horária de conteúdo teórico-prático e de estágio” (Febrapils, 2017, p.3); 9) A acessibilidade da pessoa surda e surdocega deve ser realizada com excelência, a fim de garantir acesso a todos. Alguns colegas exercem a função de guia-intérprete sem curso e/ou certificação. Outros profissionais buscam por conta própria realizar a formação em razão da necessidade de atendimento às demandas que surgem. É necessário discutir a busca por estudos e pesquisas para encontrar as estratégias mais adequadas para atender as especificidades de cada aluno surdocego, porque “o profissional interpreta de acordo com as modalidades de comunicação específicas utilizadas pela pessoa surdocega (...) facilitando sua mobilidade e descrevendo o que ocorre nas situações de comunicação em que está atuando” (Febrapils, 2017, p.2).

2.1 Subseções - Cursos e atuação dos TILSP

A parte metodológica deste trabalho foi construída em três partes e com o embasamento da pesquisa bibliográfica (Gil, 2002) e aspectos metodológicos gerais (Freitas e Ramos, 2010). Primeiro, selecionamos autores da área de atuação e formação em tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa (Quadros, 2004, 2017; Martins, 2004; Rosa, 2005; Kelman, 2005, 2008; Lacerda, 2007, 2009; Tuxi, 2009; Belém, 2010; Souza, 2010; Tuxi e Kelman, 2011; Lacerda e Santos, 2014;

Albres, 2015; Costa, 2017; Silva e Russo, 2018). Segundo, utilizamos como referencial a legislação composta por documentos legais e normas técnicas concernentes à atuação e formação dos Tradutores Intérpretes de Libras e Português (TILSP), a exemplo de: Brasil (2000, 2004, 2005, 2010, 2014, 2015, 2017, 2023), Febrapils (2017, 2019), entre outras. Terceiro, fizemos uma varredura na internet de cursos de projetos de extensões, de formações técnicas, de graduações e pós-graduações.

As formações para TILSP analisadas foram acessadas em plataformas e sites de universidades, faculdades, institutos, associações e federação dos Guia-Intérpretes e Tradutores Intérpretes de Libras e Português (GTILSP) do país. Foram selecionadas 10 formações ofertadas em instituições públicas e privadas, das cinco regiões do país. Dentre elas, 2 cursos de pós-graduação (Rio de Janeiro, São Paulo) , 4 cursos de extensão (Rio de Janeiro, Santa Catarina, Amapá e Rio Grande do Sul) e 3 cursos de graduação (dois no Rio Grande do Sul e um no Rio de Janeiro). Foram digitadas no acesso a internet, as seguintes frases de busca das formações para TILSP, “Curso de formação para tradutores e intérpretes de Libras” e “Curso para intérpretes de Libras”. Os cursos foram selecionados de forma aleatória, a partir de instituições com formações e certificações vinculados e/ou reconhecidos pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC).

Nos cursos de **pós-graduação** analisados, verificamos que a **universidade privada A**, com sede no Rio de Janeiro, adotou por modelo o ensino digital, com duração de 12 meses de formação. Os estudantes podem ser oriundos de todas as regiões do país, pois as aulas funcionam de modo 100% online. Dentre os objetivos propostos, o programa indicou a garantia de formação especializada e potencialização dos estudos sobre as suas práticas interpretativas e tradutórias, com ética e responsabilidade. Foi esclarecido que o público-alvo poderia ser professores, intérpretes, pedagogos e palestrantes. A grade curricular da especialização consta com áreas educacionais e pedagógicas, dos Estudos de tradução e interpretação e de estudos e técnicas linguísticas. Dando destaque a problemáticas enfrentadas no campo dos TILSP e garantindo atendimento de formação continuada a egressos do Letras-Libras, profissionais com o Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação (PROLIBRAS) e formandos das demais licenciaturas.

A **faculdade privada B**, com sede localizada em São Paulo, também oferta especialização para a formação do tradutor e intérprete de Libras e português. Aborda a tradução de uma língua para outra e afirma que carrega o problema da

interpretação e exige fidedignidade. Ressalta ser fundamental uma força técnico-científica e ética de alta qualidade. Afirma que a formação deve refletir em competências teóricas, práticas e profissionais no âmbito da tradução e interpretação de Libras. Dentre os objetivos gerais estão a formação de profissionais com competências e habilidades para ser TILSP, atendendo as demandas do mercado. O público-alvo são professores e pesquisadores que conheçam Libras. O curso é dividido em módulos e possui algumas disciplinas como: história da educação e cultura surda, aspectos biológicos da surdez, base linguística da Libras, Libras I ao VII, tradução e interpretação de Libras e português, didática do ensino superior, seminário de tópicos avançados.

Em relação a análise dos dois cursos de especialização apresentados acima, ofertados por instituições privadas, respectivamente do Rio de Janeiro e de São Paulo, percebemos que ambos não abrangem a formação somente para os tradutores e intérpretes de Libras, apesar dos cursos serem voltados para a tradução e a interpretação de língua de sinais. O público-alvo também não é exclusivo dos TILSP. São convocados para a formação de pós-graduação, outros profissionais, principalmente os vinculados ao campo da educação. As disciplinas dos dois cursos investigados estão voltadas para a área de educação, da Libras, e da comunidade surda, e não somente para as áreas de formação para tradutores intérpretes de Libras. Possivelmente, o campo educacional recebe destaque (Martins, 2004; Lacerda, 2007, 2009) pelo expressivo quantitativo de pessoas surdas e TILSP presentes no cotidiano das instituições de ensino. E, provavelmente, pelo grande interesse de professores e outros profissionais de compreender a atuação dos intérpretes de Libras através dos cursos voltados para eles. Entretanto, é preciso que os cursos de formação façam distinção entre as funções de ensinar e de interpretar (Quadros, 2004; Martins, 2004; Lopes, 2015), pois são tão distintas quanto as carreiras dos profissionais envolvidos. O intuito de propor formação continuada para os TILSP não deve ser o ensino de Libras, porque nenhum curso será capaz de ao mesmo tempo ensinar o idioma e nem mesmo já tornar os estudantes bilíngues ou em condições de atuar em curto espaço de tempo.

Nas formações de **cursos livres** , foi verificado que a **faculdade particular B** , com sede em São Paulo, além da especialização apontada anteriormente, oferta um curso livre para tradutor e intérprete de Libras. Estabelece o limite de 120 dias de formação e o tempo mínimo de 40 dias para a conclusão integral do curso. O curso se

apresenta como 100% online e com uma carga horária de 340 horas. O curso de formação de intérpretes ocorre através de videoaulas e oferece um livro específico para ser baixado. A plataforma possibilita anotações digitais e acompanhamento do progresso no curso. A certificação é obtida após a resposta da avaliação com 10 questões de múltipla escolha, sendo necessário o acerto de 70% para a aprovação, podendo ser refeita em até duas vezes. O público-alvo são os profissionais de educação e de outras áreas, estudantes universitários e de outros níveis de ensino. Dentre os objetivos gerais, estão ofertar conhecimentos básicos de Libras e da literatura Surda, a fim de capacitar o aluno para o uso e compreensão da LIBRAS, em todo o território nacional.

A **universidade particular C**, com sede no Ceará, oferta curso online de intérprete de Libras para qualificação profissional. O link da plataforma fica disponível para ser acessado, com o mínimo de 40 horas de carga horária e 120 horas no máximo. O conteúdo programático envolve panorama e perspectivas de tradução, o fazer tradutório e interpretativo, domínio das línguas na tradução e interpretação, gêneros discursivos, áreas de atuação, práticas e teorias de tradução e interpretação, Escrita de Língua de Sinais, contribuições do tradutor e do intérprete no desenvolvimento da Libras. Antes de iniciar o curso os alunos devem selecionar as disciplinas complementares, disponibilizadas na grade da plataforma, com Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). São necessárias 4 disciplinas de um conteúdo complementar dinâmico para serem acrescentadas ao conteúdo regular. No conteúdo programático aparecem principalmente disciplinas pedagógicas e profissionalizantes, além de áreas de conhecimento de ensino de Libras. As disciplinas têm vínculo com a área temática de qualificação profissional e a avaliação ocorre através de uma prova objetiva online. O número do registro de emissão de certificado é da instituição de ensino Universidade Corporativa e validado em todo o território nacional.

Os dois cursos livres são oferecidos de modo virtual e por plataforma online. O primeiro, de São Paulo, se apresenta voltado para profissionais, mas inversamente propõem o ensino de Libras ou aprofundamento de conhecimentos em língua de sinais. Essa proposta demonstra ser bem contraditória, já que não há garantias cabíveis de tornar pessoas que não são fluentes, profissionais da tradução e interpretação, em tão pouco tempo. Além disso, a fluência no idioma não respalda as condições para que se tornem profissionais bilíngues na mediação linguística entre pessoas que usam idiomas distintos (Kelman, 2005; Tuxi, 2009). A segunda

instituição, com sede no Ceará, já delimita a formação para os TILSP de fato e apresenta algumas disciplinas e áreas de formação centradas em formar e capacitar profissionais na área de tradução e interpretação. Contudo, as avaliações de ambas as propostas são apresentadas de modo superficial, quando as questões são somente objetivas, não possibilitando avaliar a prática do profissional ou do futuro intérprete. Desse modo, suscitam um modelo tradicional que testa memorização de conhecimentos, mas que não está focado na construção de práticas profissionais a serem exercidas e aperfeiçoadas. Sem nenhuma possibilidade de interação com os professores, nem mesmo de modo virtual, há enormes prejuízos nessas propostas que carecem de interação em uma língua gesto-visual (Ferreira-Brito, 1997; Quadros, 2004) na Língua Brasileira de Sinais.

Foram encontradas nas varreduras pela internet, **palestras formativas** de canais no Youtube de profissionais da área de tradução e interpretação, assim como inúmeros ciclos formativos online, disponibilizados por Institutos Federais de Educação, com destaque a um selecionado na região nordeste do país. Trata-se de um **instituto federal D**, localizado no Ceará, e realização em outros municípios do estado apresentado. Há vínculo da formação por palestras, com algumas secretarias de educação dos Instituto Federais do País (IFs), que igualmente divulgam ciclos formativos por lives, com o intuito de fornecer capacitação aos profissionais atuantes na área de tradução e de interpretação. As palestras online identificadas tiveram grande circulação no período de auge da pandemia ocasionada pela Covid 19, entre os anos de 2020 e 2023. As discussões encontradas circulam em torno de algumas temáticas diversas, como a legalização da Libras e suas implicações; as relações entre docentes, TILSPs e estudantes surdos; a importância das Associações e da Federação dos guias-intérpretes e tradutores e intérpretes de Libras; assim como destacam a acessibilidade dos TILSP e o contínuo aperfeiçoamento profissional, além de outras temáticas concernentes a carreira dos TILSP.

O destaque ao ciclo formativo veiculado por um instituto federal de educação, traz a amplitude de muitas iniciativas de profissionais bilíngues da área de Libras, professores e intérpretes, que se mobilizam para discutir os desafios e as questões principais que são enfrentadas diariamente (Silva e Russo, 2018). Essas palestras precisam estar embasadas por projetos institucionais com continuidade, a fim de propiciar o reconhecimento de saberes e práticas construídas pelos vários profissionais da educação que atendem discentes surdos. Os próprios alunos e

professores surdos devem ser convidados a debater e propor ativamente os debates que os envolvem, além de participar de outras reflexões coletivas. Verificamos que o ciclo formativo da instituição em destaque, teve a mediação de coordenadores de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs), além de participações de professores de alunos surdos, docentes de Libras, intérpretes de Libras, docentes da educação inclusiva e discentes de cursos diversos. Nesse caso, são debates que enriquecem a interação de toda a comunidade escolar e acadêmica e que devem ter representatividade de todos os coletivos de docentes, discentes e técnicos.

Analizamos alguns **cursos de extensão** identificados em nossas pesquisas, **instituto federal E** , localizado no Rio de Janeiro, de formação continuada para Tradutor Intérprete Educacional de Libras, nos espaços de educação superior, de 2017 a 2021. Possui um projeto de aperfeiçoamento profissional, para ampliar conhecimentos, técnicas e estratégias de tradução e interpretação educacional. É voltado para graduandos, graduados e profissionais bilíngues surdos e ouvintes. As aulas, videoaulas, oficinas, atividades e fóruns são ministrados em Libras, para o aprimoramento no uso e na fluência em língua de sinais e com perspectiva de aprimorar perfil profissional de identidade do TILSP educacional. O público-alvo são pessoas com experiência na área de tradução e interpretação, educação de surdos e área afins. O curso está vinculado ao programa de extensão de um Departamento de ensino superior e promove estudos dirigidos e práticas do agir do TILSP educacional. As aulas eram presenciais e virtuais, em plataforma disponibilizada por Ambiente Virtual de Pesquisa (AVP), com informações em Libras e língua portuguesa. O curso teve duração de 180 horas, e cada turma funcionava em um período de 10 meses com 40 vagas oferecidas a discentes surdos e ouvintes.

A **universidade pública F** , localizada em Santa Catarina, ofereceu em 2015, curso de formação do intérprete de Libras/português, vinculado ao Núcleo de Pesquisas em Interpretação e Tradução de Língua de Sinais, realizado no laboratório de interpretação da universidade, duas vezes por semana. O curso é de 60 horas de duração e voltado para TILSP do estado da universidade. Tendo proposta de trabalhar conhecimentos teóricos do campo dos estudos da tradução e reflexão sobre a prática profissional dos TILSP e aperfeiçoar sua atuação. O público-alvo foram tradutores e intérpretes da comunidade externa do entorno e da universidade e a quantidade estimada foi de 25 estudantes. Foi necessária a comprovação da atuação como TILSP ou GTILSP por meio de declaração institucional. Tiveram prioridade os

TILSP que atuavam em instituições com alunos surdos. Na ementa é esclarecido que as disciplinas estiveram distribuídas nos Estudos da tradução e da interpretação, na organização dos TILSP e papel na formação profissional, nos contextos internacionais e intrassociais, em saberes e prática de tradução e de interpretação na mídia, no contexto educacional, na interpretação comunitária e na interpretação de conferência.

O primeiro curso de extensão apontado, de um instituto federal do Rio de Janeiro, é voltado para profissionais bilíngues e TILSP com experiência em tradução e interpretação. Apresenta uma proposta que contempla profissionais surdos e ouvintes que possuem fluência em Libras e língua portuguesa, porque as aulas são em Libras como língua de instrução. Delimita a formação dos tradutores e intérpretes para a área educacional e no ensino superior. O público-alvo central são estudantes da área acadêmica que estejam com a graduação em andamento ou que já a tenham concluído. Ao realizar as aulas em Libras e voltadas para a educação superior, especifica um perfil bem definido que não contempla os candidatos que não fazem parte dos requisitos obrigatórios. Do mesmo modo, a segunda formação de extensão faz uma especificidade ainda mais detalhada, quando solicita que somente os tradutores e intérpretes que já atuam com estudantes surdos, no estado ofertante da formação de modo presencial, façam a sua inscrição. Ambos os cursos fazem um recorte de formação educacional na área acadêmica e estabelecem um número específico de inscritos que poderão se inscrever. Ao se tratar de duas instituições públicas, sem arrecadação de remuneração dos inscritos, estabelecem limites de quantitativo, provavelmente para manter a qualidade da formação e do acompanhamento dos estudantes. Possivelmente, pela proposição de contribuir diretamente com o aperfeiçoamento profissional de pessoas já atuantes na área da educação de surdos (Antônio, Mota, Kelman, 2015).

Também foram localizados outros **cursos de extensão** . Um ofertado por uma **universidade pública G** , localizada no Amapá, e com parceria entre a Febrapils e uma associação de TILSP, igualmente do estado do Amapá. Promoveram um curso com normas contidas em um edital específico, para seleção de pessoas ouvintes (não surdas) da comunidade em geral, para atuação em diversos contextos sociais. Teve uma duração de 7 meses e funcionou no período de março a setembro de 2017. As aulas ocorriam duas vezes por semana, e esporadicamente em mais um outro dia, de acordo com o cronograma das aulas que foi estabelecido.

O outro curso encontrado é de uma **universidade pública H**, localizada no Rio Grande do Sul, e ofertou um curso vinculado ao projeto de extensão da universidade. O primeiro curso de tradução e interpretação de Libras divulgado aconteceu em parceria com um instituto federal do mesmo estado. Para participar da capacitação era necessário possuir ensino superior completo ou em andamento, ter conhecimento prévio de Libras e sobre a comunidade e cultura surda, além de disponibilidade para estágio ao longo do curso. As inscrições foram feitas por formulário eletrônico. O curso garantia a formação para TILSP por meio de um total de 300 horas de carga horária, sendo 50 horas dedicadas ao estágio obrigatório. As aulas funcionaram por duas vezes na semana, e as informações juntamente estiveram disponíveis no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da instituição.

A terceira instituição pública ofertante de curso de extensão está localizada no estado do Amapá. Difere das demais até o momento, ao ter estabelecido uma parceria da universidade com a associação de TILSP do seu estado e vinculação com a federação dos guias-intérpretes e intérpretes/tradutores de Libras do país. Essa iniciativa indica o engajamento político dos profissionais da instituição em fomentar a articulação com instituições relevantes que estão engajadas na representação e militância dos tradutores e intérpretes de Libras (Albres, 2015). Essas articulações entre a instituição pública e os espaços representativos dos mediadores linguísticos, ocorrem em prol da garantia de acessibilidade linguística a pessoas surdas, assim como oferta de formação e de atuação de qualidade em Libras e o português (Brasil, 2000; 2004; 2015).

A quarta formação de extensão divulgada, localizada no estado do Rio Grande do Sul, além de ser uma universidade pública também, estabeleceu parceria entre a academia e um outro instituto de educação de âmbito federal. Ao fazer parte do projeto de extensão do campo acadêmico, priorizou como requisito formar e capacitar estudantes com graduação concluída ou em andamento, bem como a exigência de fluência em Libras e de experiência em traduzir e interpretar, apontando para o treinamento e exercício do estágio obrigatório em tradução e interpretação. Os quatro cursos de extensão em destaque, todos de instituições públicas, estabeleceram um público bem definido de profissionais já experientes, bilíngues e engajados com outros cursos de formação continuada. Trouxeram uma proposta de aperfeiçoamento profissional que valoriza a teoria e a prática de modo imbricados (Belém, 2010; Lacerda e Santos, 2014).

Nos **cursos de graduação**, localizamos uma **faculdade particular I**, localizada no Rio Grande do Sul, com atividades e parcerias em diversos estados brasileiros. Ofertado desde 2021 como um curso de Tecnólogo em Tradução e Interpretação de Libras, a graduação tem duração de 2 anos e as informações disponibilizadas pela instituição afirmam que a formação permite ao estudante aprender o necessário para trabalhar como tradutor e intérprete de Libras. A divulgação foi disponibilizada no canal da instituição, no Youtube, tendo mais de 22 mil inscritos no canal. Esclareceram que o curso superior Tecnólogo é uma formação focada nos aspectos mais práticos da profissão e apresentaram como grande vantagem o período de duração do curso. Orientaram os interessados com informações gerais a respeito da possibilidade de os alunos concluírem a formação entre 2 a 3 anos. Garantiram que estarão aptos para entrar no mercado de trabalho como profissionais capacitados. Além de poderem dar continuidade, ao término do curso, em uma pós-graduação. Fizeram uma propaganda para atrair grande clientela ao afirmar que ao final de quatro anos, seria possível adicionarem duas formações ao currículo, graduação e pós-graduação, antecipando a busca por espaço no mercado de trabalho da nova profissão. Esclareceram, bem como, que o diploma de tecnólogo é equivalente ao bacharelado ou licenciatura.

A mesma instituição do Rio Grande do Sul, também oferta outra graduação, voltada para a **Comunicação Assistiva na Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**, na modalidade à distância, e com duração de 2 anos letivos. Os conhecimentos do curso estão voltados para a formação do profissional TILSP, com temas e conteúdos direcionados ao entendimento do contexto social e o uso da língua nos aspectos da cultura surda (Hall, 2006; Strobel, 2008). Apresenta na organização curricular, conteúdos voltados à compreensão da estrutura linguística da Libras, junto com foco na tradução e interpretação em diferentes contextos. Garante que os estudos envolvem conceitos, competências e procedimentos relacionados à Tradução e à Interpretação, dentro de uma perspectiva teórico-prática e de comprometimento ético do profissional Tradutor Intérprete. Para cursar é exigida fluência em Libras e português, tendo prova de proficiência feita por banca e sendo exigida uma nota mínima para aprovação e ingresso no curso.

Os dois cursos de graduação descritos acima, são da mesma instituição particular, com sede no Rio Grande do Sul e polos em outros estados brasileiros. A faculdade oferece um curso tecnólogo com formação em nível superior voltada para a

capacitação e a prática profissional em nível técnico, em um tempo de duração mais enxuto. Conforme os preceitos do curso tecnólogo, que também já é acessado em outros cursos e instituições do país, faz uma propaganda que parece evidenciar apenas o encurtamento do acesso ao diploma. As divulgações dos cursos dessa instituição particular, parecem visar de modo empresarial, angariar o maior quantitativo de estudantes possíveis. Ao destacar as vantagens de “combo” de formação, incentivando a continuidade de vínculo do cliente com a instituição, propõem após a graduação a continuidade da formação em um curso de especialização, através de uma certificação “dois em um”. Essas investidas empresariais podem ser questionáveis quando visam apenas rapidez sem comprovar os atributos teóricos e práticos de qualidade (Albres, 2015; Costa, 2017). Porém, serão necessárias outras pesquisas e consultas para que tenhamos acesso a ementa e ao conteúdo programático em si, pois não encontramos os referenciais teóricos e práticos defendidos.

Também foi localizado o **curso de graduação** de Bacharelado em Letras-Libras que é oferecido em instituições públicas e privadas de vários estados brasileiros, e em todas as regiões do país, que ofertam as modalidades presencial e à distância. Na **universidade pública J**, localizada no Rio de Janeiro, o bacharelado em Letras – Libras se apresenta com o objetivo de formar tradutores e intérpretes de Libras com sólidos conhecimentos das áreas de Estudos da Tradução e Interpretação, Linguística e Literatura. Ademais, o Conselho Universitário, aprovou em 2013, a proposta da Faculdade de Letras em criação do curso de Letras – Libras nas modalidades: Bacharelado e Licenciatura. Igualmente, possui uma turma especial – PARFOR - a ser ofertada no curso de Licenciatura em Letras – Libras e disponibilizada na plataforma da instituição. O curso está avaliado com nota 5 no Ministério da Educação (MEC).

O curso de Letras-Libras é defendido pelo novo documento legal de regulamentação da profissão dos TILSP, como a formação ideal para capacitar e habilitar os mediadores linguísticos para exercer a sua função profissional. Foi uma enorme conquista, quando uma universidade pública de Santa Catarina iniciou a formação de bacharelado em Letras-Libras, nas modalidades presencial e à distância, com polos em todo o país (Souza, 2010). Atualmente, a graduação para os TILSP foi criada em várias universidades e institutos de modo presencial. Desde 2008, os tradutores e intérpretes de Libras têm tido a garantia da formação. Contudo, o

reconhecimento e valorização se consolida melhor em 2023, com a vitória legal do pleito de formação mínima em ensino superior, assim como já está estabelecida na formação mínima dos tradutores e intérpretes de línguas orais (Silva, 2020).

De acordo com as descrições das análises em torno dos dez (10) cursos que foram selecionados e investigados, ainda é preciso investir em ampliações de quantitativo e de qualidade de propostas de formação que estejam voltadas de fato para os TILSP. Não basta criar cursos intitulados para tradução e interpretação de Libras e português. As capacitações profissionais devem ser propostas com real foco nos mediadores linguísticos e nas práticas que precisam ampliar e aperfeiçoar as atribuições de modo contínuo. Os próprios tradutores e intérpretes devem estar diretamente envolvidos com a construção e a avaliação das propostas em andamento (Belém e Costa, 2022). É preciso denunciar as propostas que anunciam formar os TILSP, mas na verdade somente vão trabalhar com o ensino de Libras. Uma padronização dos currículos e das práticas precisa ser estabelecida e acompanhada pelas diversas formações em vários níveis – especialização, graduação, extensão, técnico, entre outros.

Alguns outros cursos foram também visualizados, entretanto, são das mesmas qualificações já apresentadas anteriormente (pós-graduação, graduação, extensão e livres) e não serão abordados para que o trabalho não fique tão extenso e devido a impossibilidade de detalhar tantas formações em um recorte que não pretende ser tão abrangente em quantidades numéricas. As regiões Sul e Sudeste do país apresentaram a maior quantidade dos cursos encontrados, esses dados refletem a discrepância de acesso a formações e atuações em razão das desigualdades sociais, político e econômicas do Brasil. Será proposta a continuidade da pesquisa futuramente.

Considerações Finais

Ao recapitular as conquistas alcançadas pela legislação e os documentos legais em vigor, principalmente com a nova atualização da Lei de regulamentação dos TILSP (Brasil, 2010), por meio da aprovação do novo Projeto de Lei nº 5.614 de 2020, podemos destacar a possibilidade de atuação da equipe de TILSP em duplas ou trios correspondentes ao quantitativo necessário para as demandas, para que se tenha mediadores que façam revezamento entre atuação e apoio ou para suprir imprevistos que possam ocorrer. Resguardar os profissionais para que mesmo em

atendimento virtual ou por home office, não recebam convocação e trabalhos fora dos dias e horários de expediente habitual, além de informar caso utilize materiais de apoio, vídeos, imagens, dentre outros. Dialogar com a equipe tradutória os prazos de entrega dos trabalhos traduzidos, após tempo prévio de apreciação do material disponibilizado e da realização posterior dos processos de tradução, sendo um caminho relevante para a produção e o andamento do trabalho de todos.

As garantias do Projeto de Lei aprovado em alteração da Lei n. 12.319 (Brasil, 2010) precisam ser postas em prática na contratação e nas capacitações e formações dos TILSP. Não podemos permitir que a nova regulamentação legal seja desconsiderada. Precisamos lutar pelo fomento de bancas avaliativas compostas por profissionais capacitados, para verificar quais candidatos a concursos, processos seletivos e formações, realmente possuem perfil para assumir cargos e obter certificações.

Quando prezamos pela qualidade da atuação e do ensino, de modo crítico e embasado teoricamente pelas instituições representativas dos profissionais, estamos de fato militando pela comunidade surda. O direito à acessibilidade linguística de qualidade é garantido pelas políticas públicas (Calvet, 2007) e pelas políticas linguísticas (Cavalcanti, 1999) conquistadas com muita luta e mobilização. Apesar de alguns ganhos recentes, a militância dos Tradutores Intérpretes de Libras e português precisa se ampliar, intensificar e aprofundar em muitos aspectos de atuação e formação.

Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. *Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva*. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALBRES, Neiva de Aquino. RODRIGUES, Carlos Henrique. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. *Bakhtiniana*, São Paulo, 13 (3): 16-41, 2018.

ANTÔNIO, Luiz Cláudio Oliveira. MOTA, Paola. KELMAN, Celeste Azulay. A formação do intérprete educacional e sua atuação em sala de aula. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 10, p. 1032-1051, 2015.

AUBERT, Francis Henrik. *As (in) fidelidades da tradução: Servidões e autonomia do tradutor*. 2. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

BELÉM, Laura Jane Messias. O profissional intérprete de Libras no Ensino Fundamental: uma nova realidade na rede municipal de educação. *Anais do X Congresso Internacional e XVI Seminário Nacional do INES*. Rio de Janeiro, 2011.

BELÉM, Laura Jane Messias. A atuação do intérprete educacional de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Médio. *Dissertação (Mestrado em Educação)*, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. *Dispõe sobre o Estatuto do Índio*. Brasília, DF, 19 de dezembro de 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em 14/10/2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências*. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 15/10/2023.

BRASIL Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 15/10/2023.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. *Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

BRASIL Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 15/10/2023.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola /IPOL, 2007.

CANDAU, Vera Maria. *Didática Crítica Intercultural: aproximações*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

CANEN, Ana. *Currículo e multiculturalismo: reflexões a partir de pesquisas realizadas*. In: Santos, L.L. de C. P. & Favacho, A. M. P. (orgs). *Políticas e práticas curriculares: desafios contemporâneos*. Curitiba: Ed. CRV, p. 237-250, 2012.

CARDOSO, Janaina; VELOZO, Naira. Educação, pesquisa e gestão universitária em contexto remoto: relato de experiência e caminhos de investigação. In ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B.; ARANTES, P.; PESSOA, M. (Orgs.). *Pesquisar com gêneros discursivos: interpelando mídia e política*. Em *Discurso 4*. p.119-128. Rio de Janeiro: Ed. Cartolina, 2020.

CARDOSO, Janaína. Associações de professores e atuais políticas linguísticas para o ensino de línguas adicionais: estratégias e desafios. In GULLO, Annita; RODRIGUES, Luiz Carlos. *Políticas linguísticas e ensino de LE no Brasil [livro eletrônico]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em: <sele-ufrrj.wixsite.com/sele-ufrrj>. Acesso em: 23 fevereiro 2023.

COSTA, Renata dos Santos. O professor intérprete de Libras em uma escola polo do município de Nova Iguaçu. *Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 2017.

CAVALCANTI, Marilda. Estudos Sobre Educação Bilíngue e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, Vol. 15, N.º ESPECIAL (385-417), 1999.

DORZIAT, Ana. Bilinguismo e surdez: para além de uma visão linguística e metodológica/ Carlos Skliar (org.) *Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos*. Porto Alegre: Mediação, 2013.

FEBRAPILS. Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais. *Nota técnica sobre a atuação do tradutor, intérprete e guia-intérprete de libras e língua portuguesa em materiais audiovisuais televisivos e virtuais*. Brasília: FEBRAPILS, 2017. Disponível em: <http://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2017/07/nota-tnica-febrapils-feneis-materiais-audiovisuais.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. *Integração Social & Educação de Surdos*. Rio de Janeiro-RJ : Babel Editora, 1993.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. *Educação Especial Língua Brasileira de Sinais*. Brasília-DF: MEC, 1997.

FERREIRA, Luciane Corrêa.; PERNA, Cristina.; GUALDA, Ricardo.; LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga. *Língua de acolhimento: experiências no Brasil e no mundo*. Belo Horizonte : Mosaico Produção Editorial, 2019.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. RAMOS, Bruna Sola. *Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção/ Maria Teresa de Assunção Freitas, Bruna Sola Ramos (Orgs.)*. – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo (SP). Atlas, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade/ Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva*. DP&A, Rio de Janeiro, 2006.

ISA - Instituto Socioambiental. *Terras indígenas: ameaças, conflitos e polêmicas*. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org>>. Acesso em 14/10/2023.

KAKUMASU, Jim. Língua de Sinais Urubú. *International Journal of American Linguistics*, Vol. 34, nº 4, 1968. <https://www.journals.uchicago.edu/toc/ijal/1968/34/4>. Acesso em 14/10/2023.

KELMAN. Celeste Azulay.; CASTRO. Mariana Gonçalves Ferreira de. Codocência entre professor regente e TILSP. *Revista Teias*, v. 24, n. 73, 2023.

KELMAN, Celeste Azulay. *O intérprete educacional: quem é? O que faz?* In: ALMEIDA, M. A.; MENDES, E.G.; HAYASHI, M. C. P. I. (Org.). *Temas em educação especial: deficiências sensoriais e deficiência mental*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008. p.71-79.

KELMAN, Celeste Azulay. Os diferentes papéis do professor intérprete. *Revista Espaço (INES)*, v.24, p. 25- 30, 2005.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. SANTOS, Lara Ferreira. *Tenho um aluno surdo, e agora?* Introdução à Libras e educação de surdos / organizadoras: Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, Lara Ferreira dos Santos. – São Carlos: EdUFSCar, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. *Cadernos de Educação (UFPEL)*, v. 36, p. 133- 153, 2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. *Intérprete de Libras em atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental*. Porto Alegre: Mediação\FAPESP, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. O intérprete de língua de sinais: investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Relatório de Pesquisa. *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*. Proc. 00443-3/05, p.1-84, 2007.

LODI, Ana Cláudia Balieiro.; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco.; CAMPOS, Sandra Regina Leite de. *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LOPES, Mara Aparecida de Castilho. Ensinar: “então, é função de quem?” Atuação do professor interlocutor na educação de surdos da rede estadual paulista. *Tese em Educação*, Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2015.

MACHADO, Ana Rachel. *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. (Org). Londrina: Eduel, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Vai ter música?”: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. *Ponto.Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*. Ano: v. 1, n. 1, 2007. Fonte: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1239>. Acesso em 13/10/2023.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Trad. de Sírio Possenti- 1ª ed.- São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTINS, Vanessa Regina Oliveira. Intérprete ou professor: o papel do intérprete de língua de sinais na educação inclusiva de alunos surdos. 2004. *Monografia (Conclusão de Curso de Pedagogia em Educação Especial)* -Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004.

MARTINS, Vanessa Regina Oliveira. Nascimento, Vinicius. Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. *Cadernos de Tradução*, v. 35, n. 2, p. 78-112, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p78>. Acesso em: 14 out. 2023.

MENEZES, Jane Eire Silva Alencar de.; FEITOSA, Cléia Rocha de Sousa. *Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)*. Fortaleza: EdUECE, 2015

PIANA, Maria Cristina. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 15/10/2023.

QUADROS, Ronice Müller de. *Língua de herança: língua brasileira de sinais*. Porto Alegre : Penso, 2017.

QUADROS, Ronice Müller de. O “bi” do bilinguismo na educação de surdos In: QUADROS, Ronice Müller de. *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa* / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

ROCHA, Solange Maria. *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro, MEC/INES. 2007.

ROCHA, Solange Maria. Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961). *Tese (Doutorado em Educação)* – Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROCHA, Solange Maria. *Memória e História: a indagação de Esmeralda*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010.

ROCHA, Solange Maria. *Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos*. Rio de Janeiro, MEC/INES, 2018.

ROSA, Andrea da Silva. Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete. (*Dissertação de Mestrado*). Campinas: UNICAMP, 2005.

SANTOS, Silvana Aguiar. Intérpretes de língua de sinais: Um estudo sobre as identidades. *Dissertação (Mestrado em Educação)* – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2006.

SANTOS, Lara Ferreira dos.; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Depoimento de uma Instrutora Surda: formação e atuação em uma escola Inclusiva e Bilíngue. In: *Anais do IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores*. Águas de Lindóia. Rio Claro: Unesp, 2007.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *Serv. Soc.*, São Paulo, n.º. 133, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.155>. Acesso em 14/10/2023.

SILVA, Cristiano Sanches do Vale. Um olhar sobre a evolução histórica dos Estudos da Interpretação no Brasil. *Tradução em Revista*. v.28. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020.

SIMÕES, Fabíola. *A soma de todos os afetos*. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda\ Karin Strobel. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

TUXI, Patrícia. A atuação do intérprete educacional no Ensino Fundamental. *Dissertação (Mestrado em Educação)*, Universidade Brasília (UnB), Brasília, 2009.

VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa.; LOPES, Maura Corcini. *Educação de Surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2010.

Referências Virtuais

<http://febrapils.org.br/documentos/> Acesso em: 14 out. 2023.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=655BE338641A4DFACCB14E3C87A42B29.proposicoesWebExterno2?codteor=1639785&filename=Avulso+-PL+9382/2017 Acesso em: 14 out. 2023.

<https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/573160570/projeto-regulamenta-a-profissao-de-tradutor-de-libras> Acesso em: 14 out. 2023.

www.febrapils.com.br Acesso em: 14 out. 2023.

<https://unieducar.org.br/catalogo/curso/letramento-em-libras> Acesso em: 14 out. 2023.

www.ines.gov.br Acesso em: 14 out. 2023.